



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Promotorias de Justiça
de Tianguá

300



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

2º Simulado Especial

MPCE

Cargo: Analista Ministerial -
Especialidade: Direito - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado MP-CE (Analista Ministerial - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Direito do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/vnZGBpHv2wQkuD3p8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélide Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade,

experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

- 01.** É possível depreender do texto e do seu título que o português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- 02.** Entende-se do texto que o uso de uma linguagem “politicamente correta” contribui para a atenuação do preconceito.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

- 03.** Em “Assim, há menos argumentos, menos conflitos e mais diálogos”, a forma verbal ‘há’ poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.
- 04.** No segmento “Os agentes elaboraram todo o plano de ação, que prevê investimento em fundos diversos”, o vocábulo “que” tem como referente a expressão “o plano de ação”, que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal “prevê”.

05. A expressão “bem como”, em “Os educadores, bem como a família, devem zelar pelo bem-estar no processo de aprendizagem” exprime ideia de adição.
06. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As interações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novos contatos profissionais” fosse substituída por **as**.
07. O trecho “Qualquer cenário que acarretasse instabilidade ao projeto seria descartado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **acarretar** no modo subjuntivo.
08. No segmento “Aumentou, no último ano, o número de áreas desmatadas”, o trecho “o número de áreas desmatadas” funciona como complemento direto da forma verbal “aumentou”.
09. As palavras "história", “carência” e "discórdia" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.
10. No trecho “Eles precisam prestar atenção, ter estratégias de gestão, empatia nas limitações e planejamento efetivo”, as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.
11. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes em “É a disposição que todos buscavam ter”, poderiam ser suprimidas.
12. Em “Fala-se muito da caridade, mas pouco se pratica”, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.
13. Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” fosse reescrito como **esquecer** em: Não podemos nos esquecer de que a vida tem seus altos e baixos.
14. Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “Toda vida é marcada por temporadas inesquecíveis” poderia ser reescrita da seguinte forma: **Toda a vida é marcada por temporadas inesquecíveis**.
15. Em “A atitude dele estava relacionada às vivências em seu ambiente familiar”, o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.
16. No trecho “O segredo do que se faz é a motivação”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
17. “Se, por um lado, é desejável ampliar o acesso a terapias mais eficazes, por outro, esse é um dos fatores que mais encarecem a assistência.” A oração “que mais encarecem a assistência”, subordinada à oração anterior, é adverbial comparativa.
- Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)** acerca da redação oficial, julgue o item a seguir.
18. O fecho deve ser alinhado à margem esquerda ao final da comunicação.
19. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao máximo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, com o mínimo de palavras.
20. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)**

Rodrigo Bet

Responda às questões 21 a 23 considerando as disposições da Constituição do Estado do Ceará:

- 21.** A iniciativa popular no Estado do Ceará permite que a população apresente projetos de lei e propostas de emenda à Constituição à Assembleia Legislativa, desde que sejam subscritos por, no mínimo, 1% do eleitorado cearense, distribuídos em pelo menos cinco municípios, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- 22.** Durante o período extraordinário da Assembleia Legislativa do Ceará, os parlamentares somente podem deliberar sobre a matéria para a qual foram convocados, sendo-lhes garantida indenização em razão da convocação.
- 23.** O Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público do Estado do Ceará, é nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, indicados em lista tríplice, elaborada por meio de escrutínio secreto pelos membros em atividade da instituição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI Nº
9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO
ESTADO), LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008
E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E
ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ), LEI Nº 8.625/1993 (LEI
ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO) E LEI Nº 14.043/2007 E
ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ))**

Tiago Zanolla

- 24.** João é servidor público estadual há exatos cinco anos, ocupando um cargo em comissão na administração pública. Ao verificar seu contracheque, percebe que sua progressão horizontal ainda não foi implementada. Diante desse cenário, João deverá protocolar um pedido formal de progressão junto ao órgão de gestão de pessoal, para que sua situação seja analisada.
- 25.** Conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 72/2008, se o Chefe do Poder Executivo não efetuar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo, para o exercício do mandato, perante o Pleno do Colégio de Procuradores de Justiça, reunindo-se na primeira sessão ordinária deste.
- 26.** O Ministério Público elabora sua própria proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminha diretamente ao Poder Legislativo, que tem autonomia para modificá-la.

27. De acordo com a Lei nº 14.043/2007, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, na estrutura de carreiras do Ministério Público do Estado do Ceará, a progressão funcional ocorre dentro da mesma classe, enquanto a progressão por elevação de nível profissional ocorre entre diferentes classes.

28. A remoção por permuta ou por concurso de remoção observará o interstício de três anos de efetivo exercício na comarca ou promotoria

29. Os órgãos de execução do Ministério Público incluem o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

30. A Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON é considerada um órgão de execução do Ministério Público, ao lado do Procurador-Geral de Justiça e dos Promotores de Justiça.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)

Tiago Zanolla

31. A moral é um conjunto de princípios universais que regulam o comportamento humano, sendo imutável ao longo do tempo e independente de cultura ou contexto social.

32. A ética na democracia exige que os cidadãos exerçam sua cidadania de maneira passiva.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)

Rodrigo Bet

Carlos, servidor público, foi designado para presidir a comissão responsável pela contratação de uma empresa para prestação de serviços a um órgão estadual. Após a assinatura do contrato, verificou-se que a empresa vencedora não atendia a um dos requisitos previstos no edital, o que resultou na rescisão do contrato e em prejuízo financeiro para a Administração.

33. Carlos poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, ainda que não tenha agido com dolo, pois a ocorrência de prejuízo ao erário é suficiente para configurar a infração.

34. A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato que configura o ato ímprobo ou, nos casos de infrações permanentes, do momento em que cessou a permanência da conduta ilícita.

35. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de servidor que exerça cargo de direção, chefia ou assessoramento, para cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, configura ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da administração pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

Considerando-se que letras maiúsculas representam proposições simples, julgue os itens a seguir relativos à lógica proposicional.

36. Considere que as três primeiras colunas da tabela-verdade referentes à proposição lógica $((\sim P) \Leftrightarrow Q) \wedge R$ sejam representadas a seguir.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nesse caso, a última coluna da tabela-verdade deve ser preenchida com os valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência: F F V F V F F F.

37. A proposição $(P \Leftrightarrow R) \Rightarrow (QV(\sim R))$ é uma tautologia.

38. A negação da proposição “Ou o Ministério Público defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade ficam prejudicados.” pode ser descrita por “Ou o Ministério Público não defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade não ficam prejudicados.”.

Considere que, em março de 2025, a tonelada da commodity A custe R\$ 800,00 e que a tonelada da commodity B custe R\$ 2.000,00. Nesse mês, um negociante comprou 8 toneladas dessas commodities, pagando por esse lote a quantia de R\$ 10.000,00. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

39. O negociante comprou mais toneladas da commodity A do que da commodity B.

40. O valor pago pela commodity A foi superior a R\$ 4.500,00.

41. Suponha que o valor da tonelada da commodity A cresça mensalmente em uma progressão aritmética de razão R\$ 15,00. Nesse caso, a tonelada da commodity A custará R\$ 4.970,00 em algum mês do ano de 2048.

42. Considere que o valor da tonelada da commodity B decresça anualmente em progressão geométrica de razão 0,8. Nessa situação, o valor da tonelada da commodity B em março de 2028 será superior a R\$ 1.000,00.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

- A respeito do processo administrativo, do planejamento estratégico e das estruturas organizacionais, julgue os itens subsequentes.**

43. O planejamento, como função administrativa, envolve a identificação, a análise, a ordenação e o agrupamento das atividades e recursos, visando a realização das políticas públicas e o alcance dos resultados.

44. O *Balanced Scorecard* – BSC é um sistema de gestão e controle do desempenho que promove interligações entre as diversas áreas e unidades organizacionais.

45. A estrutura organizacional do tipo Comissão não quebra o princípio da unidade de comando e nem da unidade de direção, não obstante as decisões e os julgamentos envolverem uma pluralidade de membros, com vistas ao atendimento da impessoalidade.

No que se refere ao comportamento organizacional, o gerenciamento de conflitos, motivação, liderança e desempenho nas organizações, julgue os itens a seguir.

46. O método moderno denominado Avaliação Participativa por Objetivo – APPO consiste em realizar a avaliação de todos os colaboradores aos seus respectivos chefes e vice-versa, conservando o anonimato do avaliador.

47. O processo indivíduos e organizações envolve relações de reciprocidade, que promovem equilíbrio organizacional na medida em as pessoas oferecem alicientes e as organizações oferecem contribuições.

48. Na administração de conflitos, a abordagem de abrandamento normalmente ocorre quando se tem outros assuntos mais importantes para resolver e o conflito é resolvido de forma superficial.

Acerca do gerenciamento de projetos, conforme PMBOK 7ª edição, julgue os itens a seguir.

49. A ameaça é um evento ou condição que, se ocorrer, tem um impacto negativo em um ou mais objetivos de um projeto e, caso a equipe ou o patrocinador concorde que uma ameaça está fora do escopo do projeto deve-se optar pela estratégia da escalção.

50. Em um ambiente de projeto, a utilização de ciclos de *feedback* curtos pode ser um recurso para promover resiliência e evitar o “*scope creep*” ou distorção do escopo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base a disciplina atinente às licitações públicas e aos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

51. A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.

52. O Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas é composto por 3 representantes da União, 2 representantes dos Estados e do Distrito Federal e 2 representantes dos Municípios.

53. É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que determinada marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.

54. Determinado agente público no Estado do Ceará foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a exploração de atividade ilícita. Nesta situação, pode-se concluir que foram aplicadas, isoladas ou cumulativamente, as penas de perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

55. Os sócios de pessoa jurídica de direito privado respondem, em qualquer caso, pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre atos administrativos e responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

56. Havendo danos a particular em decorrência do comércio de fogos de artifício, o ente federativo somente responderá se houver violação de dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

57. O Estado responde objetivamente por dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há um ano.

58. É possível convalidar atos com vício no objeto quando se tratar de conteúdo plúrimo.

59. A admissão representa ato administrativo discricionário e ordinatório.

60. As empresas estatais têm o dever jurídico de motivar a demissão de seus empregados concursados, mediante processo administrativo instaurado sob fundamento razoável.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

61. A norma constitucional que assegura o direito de resposta possui eficácia limitada e aplicabilidade diferida, necessitando, portanto, da promulgação de legislação ordinária para a efetiva proteção desse direito.

62. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia.

63. A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.

64. A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, implica na suspensão dos direitos políticos, o que por sua vez impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, independentemente da infração penal praticada.

65. O Reitor da Universidade Federal do Estado X editou uma Resolução nº 2.648/2022 afirmando que o aluno que fizer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e tiver concluído o ensino médio nos Municípios das microrregiões do Estado terá um acréscimo em sua nota final, ou seja, uma espécie de bonificação.

A referida bonificação é constitucional, uma vez que visa reduzir as desigualdades sociais e regionais, encontrando respaldo constitucional nos objetivos da República Federativa do Brasil.

66. Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.

67. Emanuel foi indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para integrar o Conselho Nacional de Justiça, tendo sido nomeado pelo Presidente da República, após sabatina do Senado Federal.

Logo após a sua nomeação cometeu crime comum e crime de responsabilidade.

Nessa situação, Emanuel será julgado pelos dois crimes perante o Supremo Tribunal Federal.

68. Mesmo que o pedido de criação de uma CPI cumpra os requisitos estabelecidos na Constituição, sua instauração pode ser barrada pela decisão da maioria parlamentar ou pelos órgãos diretivos das casas legislativas.

69. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

70. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

71. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no ordenamento jurídico brasileiro, a revogação da norma revogadora implica automaticamente a repristinação da norma revogada.

72. De acordo com o regime jurídico da personalidade civil no Brasil, o reconhecimento da indenização por danos morais ao nascituro pelo STJ implica o abandono da Teoria Natalista pelo ordenamento jurídico brasileiro, aderindo integralmente à Teoria Concepcionista.

73. A aplicação da Teoria *Ultra Vires* no Brasil foi completamente eliminada, tornando ineficazes quaisquer limitações estatutárias impostas ao poder dos administradores das pessoas jurídicas em face de terceiros de boa-fé.

74. Os direitos reais sobre imóveis, bem como as ações que os asseguram, são considerados bens imóveis para os efeitos legais.

75. Os bens públicos dominicais podem ser adquiridos por usucapião, uma vez que não estão afetados a uma função pública específica.

76. No direito contratual brasileiro, o princípio da autonomia privada significa que a liberdade de contratar é absoluta, não sofrendo qualquer limitação imposta pelo ordenamento jurídico.

77. No contrato de compra e venda, caso o comprador perca a propriedade do bem por decisão judicial que reconheça o direito de um terceiro, ele tem direito a ser indenizado pelo vendedor, salvo disposição contratual em contrário.

78. A responsabilidade civil não depende necessariamente da existência de culpa, podendo ser imputada mesmo em atos lícitos.

79. No ordenamento jurídico brasileiro, a separação judicial ainda é um requisito prévio obrigatório para que um casal possa se divorciar, salvo em casos excepcionais.

80. A destituição do poder familiar pode ser determinada judicialmente nos casos em que os pais deixarem de cumprir seus deveres, mas não extingue automaticamente o vínculo de parentesco entre pais e filhos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

81. Caio, maior e capaz, ajuizou ação de responsabilidade civil em desfavor de tício, menor e relativamente incapaz. O juízo, ao receber a petição inicial, deferiu tutela de urgência solicitada pela parte autora e, no momento de sanear o processo, percebeu a ausência de intimação do Ministério Público.

Considerando essa situação hipotética e o tema das nulidades, julgue o item a seguir.

É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Independentemente de manifestação do *parquet* sobre a existência ou não de prejuízo, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

82. Caio, maior e capaz, ajuizou ação de responsabilidade civil em desfavor de tício, menor e relativamente incapaz. O juízo, ao receber a petição inicial, deferiu tutela de urgência solicitada pela parte autora e, no momento de sanear o processo, percebeu a ausência de intimação do Ministério Público.

Considerando essa situação hipotética e o tema das nulidades, julgue o item a seguir.

Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

83. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.

As matérias de ordem pública, embora passíveis de conhecimento pelo juiz de ofício, são insuscetíveis de nova deliberação judicial, ante a preclusão *pro judicato*, que é espécie de preclusão consumativa.

84. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.

O termo inicial da prescrição da pretensão de reparação de danos causados por liminar concedida e posteriormente revogada é a data da publicação da decisão.

85. Em relação aos pedidos no Código de Processo Civil, julgue o seguinte item.

Não é possível a cumulação de pedidos se diversos os tipos de procedimento para cada um.

86. Em relação aos pedidos no Código de Processo Civil, julgue o seguinte item.

É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

87. Ao receber uma petição inicial, o juízo da 1ª Vara Cível de Caucaia-CE percebeu que a pretensão estaria prescrita. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Poderá o juízo, independentemente de citação do réu e desde logo, julgar liminarmente improcedente o pedido.

88. Em relação ao indeferimento da petição inicial no Código de Processo Civil, julgue o item a seguir.

Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

89. Em relação ao indeferimento da petição inicial no Código de Processo Civil, julgue o item a seguir.

Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

90. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da produção da prova testemunhal, julgue o item a seguir.

Cabe ao Ministério Público informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

91. De acordo com o tema princípios, julgue o item a seguir sobre.

O princípio fundamental relacionado à aplicação da lei penal que estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal é o Princípio da Legalidade.

92. Considerando as normas de aplicação da lei penal, avalie a afirmativa.

Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação da lei mais benigna.

93. De acordo com a aplicação da lei, julgue o item a seguir.

Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

94. Em relação aos crimes contra a pessoa, analise o item a seguir.

Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um a dois terços.

95. Julgue o item a seguir, acerca dos crimes contra a pessoa.

No crime de perseguição, a pena é aumentada de metade se o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa.

96. Sobre as disposições gerais nos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

Na fraude eletrônica, aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se o crime for praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional.

97. Quanto aos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

A lei penal admite, em certas hipóteses, ação penal pública condicionada à representação para o crime de furto.

98. Julgue o item a seguir, acerca dos crimes contra a dignidade sexual.

A prática de ato diverso libidinoso da conjunção carnal sofreu a figura do abolitio criminis, visto a revogação formal e material do artigo 214 do Código Penal, no qual estava previsto o crime de atentado ao pudor.

99. Julgue o item a seguir, em relação aos crimes contra administração.

O código penal, no artigo 344, no que tange ao crime de coação no curso do processo, preceitua que a conduta é a de inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.

100. O Código Penal prevê diversos crimes contra a administração da justiça. Sobre tal espécie de crime, julgue o item a seguir

O crime de denúncia caluniosa ocorre se o autor do fato der causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

101. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, julgue o item abaixo:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante.

102. De acordo com o que dispõem a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), julgue o item seguinte.

Quando há prisão em flagrante por venda ilegal de drogas, o juiz, no prazo legal, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, mantendo guardada amostra necessária à realização do laudo definitivo.

103. Carlos, policial penal, tomou conhecimento de que Caio, condenado pela prática de um crime hediondo, deu entrada, para cumprir pena, na unidade prisional onde está trabalhando. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 8.072/1990, é correto afirmar que Caio foi condenado pelo crime de roubo qualificado pelo resultado morte.

104. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado o roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

105. Cristiana foi agredida por seu marido Átila, que também a ameaçou, prevalecendo-se este das relações domésticas e de coabitação, tendo causado na ofendida lesões corporais de natureza leve. Em razão disso, foi instaurado inquérito policial, que constatou as agressões e a ameaça. Levando-se em conta esse panorama, é correto afirmar que o juiz poderá propor a Átila transação penal, se o Ministério Público não o fizer de maneira fundamentada.

106. Conforme a Lei n.º 9455/1997, julgue o item abaixo:

A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

107. Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade

De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7210/1984) julgue os itens de **108** a **110**

108. A prática de falta grave pode acarretar a perda de até 1/6 dos dias remidos.

109. Pela prática de falta grave o preso pode ser penalizado com o isolamento de até 20 dias.

110. Todo isolamento deverá ser comunicado ao Juiz da Execução Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

Texto-base para os itens 111 a 115:

Situação hipotética: Maurício, servidor do MPCE, compareceu à residência de Ricardo, a fim de entregar notificação para comparecimento à sede do MPCE, onde Ricardo seria ouvido na qualidade de investigado em procedimento investigatório criminal. Ricardo, porém, se opôs à execução do ato legal, ameaçando o servidor. Maurício, temendo por sua vida, acabou não realizando a diligência. Um vizinho de Ricardo, que era policial militar, viu a cena e deu voz de prisão em flagrante ao infrator pelo crime de resistência qualificada (reclusão, de um a três anos), conduzindo-o à presença da autoridade policial local.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

111. Assertiva: no caso em tela, houve flagrante impróprio.

112. Assertiva: A autoridade policial ouvirá primeiramente o condutor, colhendo desde logo sua assinatura, entregando a ele cópia do termo e recibo de entrega do preso, prosseguindo com a oitiva das testemunhas e, ao final, interrogará o preso.

113. Assertiva: A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, sendo vedado o emprego de videoconferência.

114. Assertiva: no caso em tela, a própria autoridade policial poderá conceder liberdade provisória mediante fiança a Ricardo.

115. Assertiva: conquanto não se trate de infração de menor potencial ofensivo, será cabível o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo em favor de Ricardo.

116. Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:
A inobservância do prazo previsto em lei para conclusão do inquérito policial com indiciado preso não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a avaliar os motivos que a ensejaram.

117. Acerca da ação penal e do ANPP, julgue o item a seguir:

O exercício do direito ao silêncio pelo investigado durante o inquérito policial não é obstáculo ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal.

A ausência de confissão em sede policial não é obstáculo ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal.

118. Acerca da competência, julgue o item a seguir:

No caso de estelionato, a competência sempre será determinada pelo domicílio ou residência da vítima.

119. Acerca do *habeas corpus*, julgue o item a seguir:

Os Juízes e Tribunais, ainda que verifiquem a existência de coação ilegal, não podem conceder de ofício ordem de *habeas corpus*.

120. Acerca da prisão preventiva, julgue o item a seguir:

Conquanto não se admita a decretação da prisão preventiva “*ex officio*”, o STJ passou a admitir a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício pelo Juiz.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
